



INFÂNCIAS, CIDADE E MEIO AMBIENTE: REFLETINDO SOBRE ALGUMAS POSSIBILIDADES



REALIZAÇÃO



PARCEIRO REALIZADOR



PATROCÍNIO







INFÂNCIAS, CIDADE E MEIO AMBIENTE: REFLETINDO SOBRE ALGUMAS POSSIBILIDADES



REALIZAÇÃO



PARCEIRO REALIZADOR



PATROCÍNIO



EXPEDIENTE TÉCNICO

Instituto da Infância - IFAN

Luzia Torres Gerosa Laffite - Superintendente Executiva

Equipe IFAN

Maria Elda Rocha - Coordenadora Administrativa Financeira

Jorge Laffite - Diretor de Gestão de Conhecimento

Fellipe Dias - Coordenador de T.I.

Equipe do Projeto Primeira Infância é Prioridade - Ação Olhares Eco Protetores

Alana Aragão - Gerente de Serviços Sociais

Nina Ribeiro - Pesquisadora de Ciências Sociais e Humanas

Autoria

Luzia Torres Gerosa Laffite

Revisão

Alana Aragão

Nina Ribeiro

Design

Andrea Araujo e Mariana Araujo

Instituto da Infância – IFAN

CNPJ: 03.472.413/0001-67

Endereço: Av. Santos Dumont, 1789 - salas 608 - Edifício Potenza-

Aldeota – Fortaleza – CE – Brasil.

CEP: 60.150 - 160

Telefone e WhatsApp: +55 (85) 3268-3979E-mail: ifanadm@ifan.com.br

2021 - IFAN

Todos os direitos autorais reservados



SUMÁRIO

CONTEXTUALIZAÇÃO	8
PERGUNTAS A REFLETIR	10
HORIZONTES POSSÍVEIS	12
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	14

CONTEXTUALIZAÇÃO

Andar pelas ruas, avenidas, becos com e sem saída, sempre remonta à mesma pergunta: onde estão as crianças? Algumas vezes, as respostas se encontram dentro dos carros que circulam, atrás dos muros altos dos condomínios de classe média e alta, ouvindo as vozes e correrias na hora do intervalo em algumas escolas que tem seus muros vazados, nas áreas de recreação e lazer dos shoppings e, por sorte, em algumas praças e parques. Mas também nos deparamos no dia a dia com crianças mendigando nos semáforos, nas esquinas, e, não raras vezes, crianças muito pequenas nos colos de suas mães, em pé ou sentadas no chão, em situação de absoluta miséria, e vagando por ruas mal pavimentadas, expostas a buracos e lixo. Pelas mídias, o de sempre: crianças de todas as idades mortas por bala perdida, ou crianças que sofrem abusos sexuais, violência física, chegando à morte imediata ou morrendo pouco a pouco nas sequelas que ficam permanentes em suas vidas.

Por outro lado, em alguns momentos a mídia desperta a nossa atenção para alguma iniciativa, pública ou da sociedade civil, projetada para a mudança desta situação. Mas o contexto brasileiro é muito diverso no que tange a igualdade e equidade, e as iniciativas em prol da criança na cidade ficam sempre a desejar pela complexidade da urbanidade onde estão inseridas.

Mas, assim como cada cidade é única, conjugada por suas pautas culturais, sociais, econômicas, porte municipal, estabelecendo uma relação ímpar com a natureza que a permeia, ela também é composta por diferentes infâncias, e cada uma destas tem necessidades e potencialidades que se diferenciam na execução de estratégias para um bom desenvolvimento saudável das crianças.

Infância é uma categoria sociodemográfica permanente, referente a um período de vida do ser humano, marcada por uma etnia, raça e cultura própria, que delineiam sua identidade. Assim, temos diferentes infâncias que carregam expectativas singulares na interlocução com a cidade e o meio ambiente em que vivem. A cidade comporta as infâncias negras, brancas, rurais, ciganas, migrantes e imigrantes, caiçaras, indígenas e seus grupos de segmentos.

Cohn (2001) nos aponta que um dos princípios da infância a ser ressaltado é a compreensão desta como uma construção social, e não uma característica natural e universal. A análise da infância como variável social permite reconhecer as diferentes habilidades do mundo das infâncias frente aos adultos e o potencial que a criança tem para a autonomia na opinião e decisão de aspectos da vida que a circundam.

Sob o prisma dos direitos humanos garantidos para todas as categorias de infância em uma cidade e nos territórios diferentes que a compõem, as crianças só podem se sentir pertencentes a esta cidade e gerar ação protetora de seu meio ambiente se forem todas consideradas sujeitos de direitos para políticas de saúde, educação, cultura, assistência social, proteção, segurança e meio ambiente. Não haverá integralidade das relações "criança, cidade e meio ambiente" se não houver reconhecimento das crianças como cidadãs. Isto significa traçar metas, estratégias e políticas diferenciadas para a equidade de todas, considerando as especificidades de cada infância, e garantir a qualidade como um elemento central da universalidade.

De acordo com o IBGE¹, a estimativa de crianças de até 12 anos de idade no Brasil é de 35,5 milhões, representando 17,1% da população. Deste número, 85,3% moram em área urbana e 16,5% em área rural. Quando fazemos um recorte econômico, a estimativa é de 45,4% da população de 0 a 14 anos vivendo em situação de pobreza².

Quando o recorte é feito para crianças em extrema pobreza, de acordo com pesquisa desenvolvida pela Child Fund Brasil³ - Índice de Pobreza Multidimensional (IPM-NIS), a representação é de 4,8 milhões de crianças entre 0 e 11 anos de idade. O IPM-NIS aponta para múltiplas privações que caracterizam a pobreza dessas crianças e do ambiente familiar e comunitário de convivência em sua situação cotidiana: restrição da liberdade para tomar decisões, impossibilidade de viver de forma saudável, baixa aquisição de conhecimentos e habilidades para trabalho especializado, subemprego, moradias sem saneamento básico adequado e em condições desfavoráveis de água potável. A maior concentração de extrema pobreza multidimensional está nos estados do Norte e Nordeste brasileiros, e acima da média nacional. E de que cidade falamos? O Brasil tem 5.570 municípios⁴, destes, 67,7% (3.770) têm menos de 20 mil habitantes, concentrando 14,8% da população. Por outro lado, 49 municípios brasileiros têm mais de 500 mil habitantes, representando 31,9% da população. No entanto, a maioria dos brasileiros, ou seja, 57,7% da população, concentra-se em 326 municípios com mais de 100 mil habitantes.

Se considerarmos porte municipal, podemos ter políticas diferenciadas para municípios de pequeno, médio e grande porte. O que implicaria em diferentes programas, políticas, iniciativas, dentro de uma mesma premissa: a equidade das infâncias.

¹ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018- Pnad CONTINUA- IBGE, 2018

² *Cenário da Infância e Adolescência no Brasil 2021*- Fundação Abrinq, 2021

³ www.primeirainfancia.org.br- IPM-NIS ChildFundBrasil, 2020

⁴ <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2021-08/> Agência Brasil 27-08-2021

PERGUNTAS A REFLETIR

Na busca dessa equidade das crianças nas infâncias, temos um paradigma central a percorrer: o que considerar para uma Cidade ser e estar para Todas as Crianças?

A primeira tarefa é estabelecer o perfil das infâncias da cidade: **quem são estas crianças?** Perfil socio-demográfico, cultural, econômico, étnico e racial, definindo as diferentes categorias e grupos de segmentos das infâncias da cidade. A segunda indagação é: **como estas crianças vivem?** Nesta categoria, precisa ser incorporada uma série de indicadores representativos das condições de educação, de saúde, de proteção e segurança, lazer e recreação. E, para complementar este perfil: **onde estas crianças vivem?** A resposta para esta pergunta expressa a territorialidade da cidade com suas principais fragilidades e fortalezas, bem como a densidade populacional de crianças nestes territórios.

A segunda tarefa: **o que as crianças das diferentes infâncias expressam como prioridades para si em suas cidades? O que elas querem?** Como classificam o que é bom para si e para a cidade? O mais importante neste resultado é o alinhamento das prioridades das crianças com as prioridades de elaboradores e gestores das políticas públicas. A falta de sintonia é relevante para uma releitura do desenho destas políticas, ou seja, os gestores devem analisar o que é bom pela voz da criança e o que poderá ser modificado e adaptado para as políticas públicas.

Considerando este paradigma de infância enquanto constructo social, a Antropologia da Infância tem apontado a necessidade do reconhecimento das políticas públicas dedicadas à criança. O Marco Legal da Primeira Infância e o Plano Nacional da Primeira Infância fazem fortes recomendações para a participação infantil na construção destas políticas, não somente ouvindo o que as crianças precisam e querem, mas legitimando as suas escolhas no traçado e na execução destas políticas.

Em um primeiro momento, esse exercício requer paciência, discernimento, mas, uma vez que seja encontrado o eixo principal de interação da criança com a cidade e da cidade para com a criança, o restante da implementação fica mais fácil e consideravelmente satisfatório.

A terceira premissa a elencar **é o grau de qualificação que a cidade dá para seu meio ambiente enquanto elemento promotor de um bom desenvolvimento humano e de igualdade social.** Crianças precisam crescer e estar em ambientes de segurança e dignidade. Reduzir a pobreza é também reduzir doenças infantis e mortalidade infantil. Em 1989, a Convenção dos Direitos da Criança preservou a vida da criança defendendo saúde e segurança no ambiente em que ela vive. E saúde, conforme definição da OMS, é física, social e mental. Portanto, um bem ativo. Proteção ao ambiente significa prover melhor educação e saúde para o desenvolvimento infantil.

O crescimento urbano é constante e demanda, cada vez mais, cuidados e preservação. O consumo desordenado de energia, de recursos naturais e a emissão de CO2 vão acarretar mais mudanças climáticas e seus múltiplos efeitos nas cidades, entre estes a insegurança alimentar. Portanto a fome e a desnutrição, a deterioração de recursos como a água potável e o aumento da poluição.

Algumas cidades do Brasil, principalmente na região do semiárido, sofrem com a escassez de água e a desertificação do solo. Outras, nas regiões sudeste e norte, com enchentes e cheias de rio. As crianças estão diretamente implicadas nos efeitos destas mudanças climáticas no momento/tempo presente e, conseqüentemente, no futuro que lhes reserva. Somam-se se a isto vários fatores, como a diminuição de áreas verdes e/ou dificuldades no acesso, a desordenada ocupação do solo nas periferias, a favelização, a falta de mobilidade urbana adequada e segura para crianças, o baixo número de áreas de lazer e espaços para brincar, e/ou a inadequação destes espaços para as crianças pequenas – como, por exemplo, com baixa estimulação de obstáculos para a criança vencer, correr, pular; cores muito padronizadas; falta de locais para leituras; baixíssima acessibilidade; entre outros fatores.

Nestes espaços do brincar, que a criança deveria chamar de “só meus”, ela não opina, não escolhe o que colocar no solo e no ar para as suas brincadeiras, não determina as cores que mais lhe agradam, e, na maioria das vezes, tampouco os tem próximos de sua moradia. Mas esse contexto de um meio ambiente imposto e não condizente com o desejo e motivação da criança pode ser revertido com uma infância que protagonize mudanças.

HORIZONTES POSSÍVEIS

É preciso empoderar as crianças neste processo de preservação e de construção de seu meio ambiente. A **escola** (desde a creche), **os Programas e Políticas de Visita Domiciliar, o Serviço de Fortalecimento de Vínculos Familiares e Comunitários, e as unidades de desenvolvimento infantil nas UPAs** poderão ser locais adequados para o início desta mudança. E ações intersetoriais entre serviços públicos como saúde, assistência social e cultura podem gerar novas metodologias potencializadoras do protagonismo infantil

O **setor privado**, desde as indústrias altamente poluidoras, passando pela construção civil, comércio e serviços, não pode ficar isento para estas sutilezas do mundo infantil. É preciso somar. As indústrias poluidoras precisam intervir em seu ambiente circunscripto para diminuir ao máximo a poluição do ar e/ou sonora, e aumentar ao máximo a segurança do bem-estar da população vizinha. A construção civil, que provê espaços privados para a criança viver, precisa considerar as medidas sustentáveis ambientais, aumentar e adequar o espaço do brincar para crianças considerando a qualidade, a diversidade, a adaptabilidade dos equipamentos, e a quantidade estimada do número de crianças potencialmente moradoras. É preciso olhar para fora dos muros destes condomínios e garantir condições seguras e instigantes para que as crianças ocupem as calçadas e as ruas. Comércio e Serviços poderiam fazer uma pausa na venda altamente descartável de produtos sem qualidade e ofertar produtos mais saudáveis ao bom desenvolvimento infantil, evitando a exposição precoce da criança à comunicação mercadológica.

Mudanças na cidade pleiteadas por crianças significam autonomia para viver. Geram impacto ao mundo adulto e transformam a cidade. A singularidade da cidade está, exatamente, na sua apropriação pelas crianças, no empoderamento das crianças por ela. E elas devem e podem protagonizar este espaço.

A proposta inicial do Instituto da Infância para o debate mais amplo e efetivo junto ao setor público municipal, e/ou estadual e sociedade civil no campo de Infâncias - Cidade e Meio Ambiente é ter como objetivo a **validação da Teoria da Mudança** (Theory of Changing – TOC), conforme modelo apresentado a seguir.

UMA PROPOSTA DE TEORIA DA MUDANÇA INFÂNCIAS - CIDADE E MEIO AMBIENTE

TOC - INFÂNCIAS - CIDADES E MEIO AMBIENTE

ESTRATÉGIAS

Estratégia de Conhecimento:
Programa Parentalidade: famílias (mãe, pai e cuidadores): Cuidados protetivos da cidade para com a criança.

Estratégia de Inovação:
Programa com Crianças de 2 a 12 anos: para desenho e elaboração do conceito Cidade boa para Criança.

Estratégia de Educação:
Programa de educação ambiental para escolas, na educação infantil e ensino fundamental 1.

METAS CONSTRUIR A CULTURA DA SEGURANÇA E RESILIÊNCIA

Família: mãe, pai e cuidadores: Qualificar conhecimentos dos cuidadores sobre: cidade protetora das crianças tomando como indicadores a prevenção a acidentes de trânsito e urbanos, prevenção a violência urbana.

Crianças de 2 a 12 anos: aumentar a capacidade de protagonismo da criança em sua cidade.

Política Pública: projetar, implementar e avaliar programa de educação ambiental para fins de política pública.

EFEITOS

Família: mãe, pai e cuidadores: conhecimentos e relatos de práticas mais qualificadas nos cuidados com a criança.

Crianças de 2 a 12 anos: aumentar a capacidade da autonomia da criança

Política Pública: reduzir a vulnerabilidade da degradação ambiental.

MODERADORES

Positivos: mobilização social para melhor segurança da criança na cidade.

Negativo: ausência de apoio do município para alto investimento.

Fonte: Instituto da Infância (IFAN)

Entende-se que com um marco inicial de Teoria de Mudança, a validação e os caminhos para concretização da Ação Infâncias, Cidades e Meio Ambiente – com base no paradigma conceitual de infâncias –, são fundamentais para gerar uma nova política pública da Criança na Cidade.

É o que esperamos e queremos!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COHN, C. Concepções de infância e infâncias: um estado da arte da Antropologia da Criança no Brasil. Civitas [online]. 2013, vol.13, no.02 [viewed 19 August 2021].

FRIEDMANN, A. Universo Simbólico da Criança: Olhares sensíveis para a Infância, 2017 - ebook, Kindle.

_____, A. Linguagens e Culturas Infantis, 2013 - Cortez Editora.

_____, A. A vez da voz das crianças, 2020 - Panda Educação.

LAFFITE, L. T.G. Teoria da Mudança - Projeto Mosaico FACIL - IFAN, 2019.

Marco Legal da Primeira Infância- Lei N.13.257- 08 de Março, 2016 - www.primeirainfancia.org.br.

Plano Nacional da Primeira Infância - versão, 2020 - Rede Nacional da Primeira Infância - www.primeirainfancia.org.br.

RIFIOTIS, F. C., et al. A antropologia e as crianças: da consolidação de um campo de estudos aos seus desdobramentos contemporâneos. Horizontes Antropológicos [online]. 2021, vol.27, no.60, pp.7-30.





REALIZAÇÃO



PARCEIRO REALIZADOR



PATROCÍNIO

